

PREFÁCIO

Durante o tempo em que fui escrava, se alguém me oferecesse um minuto de liberdade dizendo-me que teria de morrer no final desse minuto, eu aceitaria, apenas para viver um minuto que fosse nesta terra de Deus como mulher livre, aceitaria, sim.

ELIZABETH FREEMAN, Massachusetts, 1781¹

Pode alguém duvidar do intenso anseio de liberdade sentido pelos povos escravizados em todo o mundo? Elizabeth Freeman, que o exprimiu de maneira tão eloquente, ganhou o seu processo no Supremo Tribunal do Massachusetts argumentando que a Constituição do seu novo estado declarava ilegal a servidão. Este desejo apaixonado de liberdade levou homens e mulheres a quebrar as suas grilhetas; continua até ao dia de hoje a impulsionar a luta contra a escravização de centenas de milhares de africanos.

Cresci na Cidade do Cabo. Homens e mulheres escravizados foram levados para África do Sul principalmente pelos holandeses, enquanto outros eram capturados pelos agricultores. A escravatura faz parte da nossa herança, bem como da de todos os nascidos na América do Sul, ou entre as plantações das Caraíbas ou do Brasil. Um dos primeiros sons que recordo é o do muezim a chamar à oração, ecoando por toda a cidade adormecida. A comunidade malaia é fulcral na vida da Cidade do Cabo, com as suas raízes profundas na tradição dos escravos. Os seus festivais animados, comida picante e cultura vibrante enriqueceram a nossa herança insípida, restritiva, maioritariamente protestante. No auge do *apartheid*, foram um lembrete de que havia na África

do Sul muito mais para além da vida limitada e repressiva que o governo tentava impor-nos.

Entrei para a Universidade da Cidade do Cabo em 1968, mas os meus estudos rapidamente foram interrompidos. A minha participação nos protestos contra a recusa da universidade em nomear um professor negro significou não estudar, chumbar nos exames e ter tido de me ir embora. Regressei em 1973, depois de ter ganho dinheiro para pagar as propinas. Desta vez, trabalhei com afinco, ao mesmo tempo que fazia campanha pelo restabelecimento dos sindicatos negros desmantelados pelo governo na década de 1960. Em 1976, estava nas ruas de Joanesburgo, em solidariedade com as crianças do Soweto, antes de partir para o exílio na Grã-Bretanha. Londres tem sido a minha casa desde então. Desempenhei funções como secretário do Partido Trabalhista britânico para África, representando o partido no Movimento Anti-Apartheid. Em 1984, entrei para o World Service da BBC. Trabalhar em África, com colegas africanos, nas três décadas que se seguiram foi uma alegria e um privilégio. Reformei-me em 2013, depois de ter sido durante dez anos editor para África do World Service News da BBC. Desde então, mantive a minha ligação ao continente, escrevendo livros sobre a África do Sul e o Corno de África.

Conheci a história do dr. Abdullah Abdurahman (1872-1940), o primeiro sul-africano negro a ganhar uma eleição no seu país, vindo a ser membro do conselho municipal da Cidade do Cabo. Desde 1904 e até à sua morte, representou a comunidade diversificada do Distrito Seis. Senti-me impelido a escrever a sua biografia, numa tentativa de captar algo deste homem extraordinário.² O dr. Abdurahman era neto de um escravo, levado provavelmente da região de Bengala. Incomodou-me o facto de saber tão pouco acerca do comércio de escravos através do Oceano Índico, que fora abafado pela narrativa transatlântica, e decidi estudar o assunto mais em pormenor. Quando comecei a investigar esta história, deparei com um panorama muito mais vasto: escravos do extenso Califado de Sokoto, ou o destino dos escravos oromos da Etiópia, capturados e obrigados a caminhar durante semanas e meses até serem vendidos na Arábia, e os homens e mulheres de aldeias irlandesas capturados e levados como escravos para o Norte de África. Cada um destes temas é um fragmento da história africana

da escravização, que está ainda por concluir. A escravatura perdura até aos dias de hoje, com os refugiados retidos nos centros de detenção oficialmente aprovados da Líbia a serem vendidos pela melhor oferta.

Este livro, na sua maior parte, é a história da escravização na própria África, não um registo do destino dos escravos depois de deixarem as costas africanas. Em que medida fui bem-sucedido é algo que os leitores avaliarão, mas a minha gratidão mais profunda vai para os muitos amigos que comentaram os meus rascunhos. Devo um agradecimento especial a Zina Rohan e David Killingray. Quero exprimir a minha gratidão ao pessoal da Hurst e a Sebastian Ballard pelos seus mapas maravilhosos. Todos os erros são, evidentemente, da minha responsabilidade.

INTRODUÇÃO

A ESCRAVATURA AO LONGO DOS MILÊNIOS

Capturados e acorrentados. Chicoteados nos porões de navios fétidos, nunca conseguiram voltar a ver as suas pátrias africanas. São estas as imagens da escravidão gravadas nas nossas memórias – o flagelo de África ao longo dos séculos. Navios britânicos, partindo de Liverpool, Londres ou Bristol para transportarem escravos para as Caraíbas ou as Américas, regressando com açúcar, tabaco e algodão, que era depois vendido como tecido. Era este o famigerado «comércio triangular», a espinha dorsal do Império. É disto que nos lembramos quando se discute a escravidão africana. É rigoroso, claro, mas trata-se apenas de um fragmento da história. A África não foi de forma nenhuma o único continente atormentado pela escravização, que tem sido uma prática quase universal. Contudo, ninguém pode pôr em causa a crueldade que os povos africanos têm suportado.

O meu objetivo, ao escrever este livro, é proporcionar uma fonte única que tente abranger todo o panorama da escravidão em África. De um modo geral, não tratará em pormenor do que aconteceu a estes homens e mulheres depois de saírem do continente. O foco centrar-se-á na escravidão no próprio continente. Ao mesmo tempo, tentarei desfazer alguns dos mitos entretanto criados em torno do tema.

A cultura popular tende a:

- presumir que a escravidão foi exclusivamente imposta a partir de fora de África;
- associar a escravidão ao colonialismo;

- tratar a escravidão transatlântica como a única forma de escravização dos africanos;
- acreditar que a escravidão terminou no século XIX.

Todos estes pressupostos são falsos. Mas existem outros. Pensa-se muitas vezes que a Grã-Bretanha foi o maior comerciante de escravos através do Atlântico e, no entanto, não foi esse o caso.

Os portugueses iniciaram esse tráfico primeiro e acabaram mais tarde. Transportaram 5 848 265 africanos, na sua maioria para o Brasil. Isto representa quase 47 por cento de todos os escravos embarcados em viagens de transporte de escravos. A Grã-Bretanha foi o segundo maior transportador europeu, levando 3 259 440 africanos para as Índias Ocidentais britânicas e para a América do Norte britânica.¹

Não é possível saber ao certo quantos africanos foram escravizados, mas começamos por tentar fazer uma estimativa.² A informação disponível sugere que o número ultrapassa os 40 milhões – especialmente tendo em consideração que os dados usados na Tabela 1 começam em 650 e terminam em 1900, mas nós sabemos que a escravidão data pelo menos de 2900 a.C. e se prolonga até ao presente. Estatísticas referentes aos escravos indianos, sauditas e iranianos não foram incluídas dado não serem suficientemente fidedignas. Em 2023, o relator especial da ONU sobre formas

Tabela 1: Escravidão Africana, 650-1900

Região	Datas	N.º de Escravos
Oceano Índico	800-1900	12 580 000 ³
Transatlântica	1501-1867	12 522 570 ⁴
Transariana	650-1800	9 387 000 ⁵
Sokoto	1860	4 000 000 ⁶
Otomana	1800-1900	1 300 000 ⁷
Corsários da Berbéria	1530-1869	1 000 000 ⁸
Irão	1800-1900	147 000 ⁹
Etiópia	1935	300 000 ¹⁰
Total		41 236 570

contemporâneas de escravidão indicou que 200 000 malianos viviam «sob o controlo direto dos seus “senhores”». ¹¹ Estes números não estão incluídos nesta tabela, mas sugerem que um número próximo dos 50 milhões possa não ser um exagero.

AÇÃO AFRICANA E SILÊNCIOS PERTURBADORES

A escravidão africana não foi somente responsabilidade de potências estrangeiras. O académico etíope Mekuria Bulcha refere a questão de maneira sucinta: «A noção de que forasteiros cristãos brancos oriundos da Europa e árabes muçulmanos do Médio Oriente e da Ásia impuseram a escravidão aos africanos não tem qualquer fundamento na História.» ¹² Os próprios africanos dedicaram-se a esse comércio durante séculos antes da intervenção das potências externas e continuam a praticar a escravização até aos dias de hoje. O académico afro-americano e figura da televisão Henry Gates Jr. argumentou: «Apagar o papel dos agentes negros no tráfico de escravos é desonesto. É má História.» ¹³

A investigação destes temas depara com diversos obstáculos, ao mesmo tempo que as discussões sobre a escravidão africana se caracterizam por silêncios perturbadores. Na Grã-Bretanha, não é assunto novo. Em 1814, Jane Austen incluiu este diálogo no seu romance *Mansfield Park*:

- Não me ouviste perguntar-lhe pelo comércio de escravos ontem à noite?
- Ouvi. E fiquei com a esperança de que a essa pergunta se seguissem outras. Teria sido do agrado do teu tio que lhe fizessem mais perguntas.
- E eu ansiava fazê-las. Mas abateu-se um silêncio sepulcral! ¹⁴

Recentemente, as igrejas na Grã-Bretanha começaram a examinar o seu papel no tráfico de escravos. ¹⁵ O mesmo têm feito outras instituições, desde universidades a museus. Contudo, as sociedades muçulmanas continuam a resistir a envolver-se no assunto. «Por que motivo é tão difícil examinar a escravidão no mundo muçulmano?», perguntou o académico Yacine Daddi Addoun. ¹⁶

«O silêncio esmagador em torno do assunto suscita perguntas acerca da maneira como a escravatura foi entendida no passado e das razões por que o silêncio parece continuar a ser necessário no presente».¹⁷ Igualmente preocupante é a falta de vontade dos dirigentes africanos, através da União Africana ou da Liga Árabe, de abordar o envolvimento do continente na escravatura, tanto no passado como no presente.

A falta de ação por parte dos dirigentes africanos de modo nenhum justifica o papel que europeus, árabes, indianos, iranianos e turcos desempenharam na escravatura africana ao longo dos anos. A China importou africanos por se tratar de uma novidade, enquanto os cãs da Crimeia tinham eunucos africanos nos seus haréns.¹⁸ Esta realidade incontornável não pode ser ignorada, assim como não o pode ser o papel da Europa na criação da Revolução Industrial, que definiu os parâmetros da evolução da moderna escravatura. A intensa discussão em torno do papel da Europa e dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos e a questão das reparações é bem-vinda. Porque não decorre um debate semelhante no mundo árabe e muçulmano? Por que motivo a Índia não põe em causa o seu legado de escravatura africana e por que razão, por exemplo, o Egito não debate a escravização de sudaneses e etíopes ao longo de muitos séculos? A mesma pergunta poderia ser feita às autoridades sauditas ou omanis. Os académicos também precisam de alargar os seus horizontes. É chocante o escasso número de referências existentes em obras académicas acerca de alguns aspetos cruciais da escravização africana.¹⁹

Se quisermos compreender este assunto complexo e profundamente perturbador, estas questões precisam de ser encaradas. No entanto, esta não é apenas uma história de sofrimento: deparamos com pessoas extraordinárias e nem todas elas foram escravas. Homens como Mansa Musa, o governante da África Ocidental no século XIV, tão rico que a sua generosidade opulenta por pouco não destruiu a economia egípcia. Ibn Battuta, um magrebino, foi possivelmente o maior explorador de todos os tempos, tendo viajado o triplo da distância percorrida por Marco Polo nas suas viagens pela China e pela Índia, e através de África. Ou Malik Ambar, que se libertou da servidão etíope e se tornou um dos maiores chefes militares da Índia. Todos desempenharam o seu papel na

configuração do nosso passado. A história da escravização começa e termina nas margens do Nilo, embora toda a África, até ao Cabo da Boa Esperança, faça parte da narrativa.

ESCRAVATURA E COLONIALISMO

A convicção de que o colonialismo europeu em África pode confundir-se com a escravatura é manifestamente inexata. Desde o início do comércio português de escravos na década de 1440 até à era do colonialismo desencadeado pela «disputa pela África» na década de 1880, apenas as orlas do continente registavam um povoamento estrangeiro. A colonização tinha começado. Os portugueses ocupavam partes de Angola e Moçambique, a Grã-Bretanha ocupara território costeiro na África do Sul, a França capturara zonas do Norte de África e o Omã controlava áreas da costa oriental da África, mas o impacto do colonialismo era limitado. Em 1870, apenas 10 por cento da África estavam sob controlo europeu.²⁰ Quando se iniciou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a situação invertera-se: apenas a Libéria e a Etiópia permaneciam livres. As potências coloniais tinham-se apoderado de 90 por cento do continente, mas por esta altura já a escravização pelos europeus terminara há muito.

Não é difícil de compreender por que razão assim foi. «Nenhum continente era menos convidativo para os exploradores europeus», escreveu Thomas Pakenham na sua obra monumental sobre o assunto.²¹ «Tinham-se passado quase 400 anos desde que o suave contorno arredondado de África enfeitara os mapas dos navegadores portugueses. Na maior parte desse tempo, o interior – com exceções assinaláveis no Norte e no Sul – mantivera-se tão misterioso como a superfície lunar.» A presença britânica foi um exemplo disso.

Até ao último quartel do século xix, a Grã-Bretanha contactou com muito poucas culturas africanas porque a presença britânica estava confinada a pequenos enclaves costeiros, a expedições ou embaixadas intermitentes a um interior desconhecido, ou à influência da Marinha Real ao largo da costa.²²

Foi nestes enclaves que os europeus construíram fortes, a partir dos quais operaram depois. Criaram-nos estabelecendo contratos com as elites locais, cujos governantes aceitaram, com grande relutância, uma presença limitada a partir da qual se podiam efetuar as trocas comerciais.

Falando em sentido estrito, a única colónia europeia na parte ocidental de África antes do fim do século XVIII foi a Angola portuguesa. Nas outras regiões, os europeus que se instalavam para se dedicar ao comércio pagavam uma renda aos governantes africanos pelos povoamentos. A soberania não lhes era cedida. Os governantes africanos seguiam o precedente criado em 1482, quando os portugueses foram relutantemente autorizados a construir um forte em Elmina a troco de uma renda paga regularmente.²³

Durante este período, o continente continuou a ser para os europeus o que era quando o circumnavegaram pela primeira vez: «uma série de costas – a Costa da Berbéria, a Costa de Barlavento, a Costa da Pimenta, (...) a Costa Suaíli, a Costa Somali – rodeadas por um imenso vazio enigmático.²⁴ Alguns enclaves costeiros foram produto de incursões dos europeus, mas as potências forasteiras geralmente solicitavam a ajuda e apoio dos governantes locais para obterem os escravos que procuravam. O eminente africanista Basil Davidson argumentou: «As incursões em breve deram lugar a alianças, porque os europeus podiam oferecer produtos que os chefes africanos desejavam bastante: cavalos, para começar, e depois, cada vez mais, armas de fogo e álcool».²⁵ Os líderes africanos do continente colaboravam fazendo caminhar os seus cativos até ao mar, por vezes ao longo de grandes distâncias. Eram depois metidos em navios estrangeiros, raramente regressando.

O comércio era, por conseguinte, um comércio africano até chegar à costa. Só muito raramente os europeus se envolveram diretamente na procura de escravos e isso aconteceu em grande medida em Angola. Especialmente nas regiões de savana, caravanas de longa distância transportavam escravos

através de centenas de quilómetros a partir do interior. Em regiões de floresta, como na atual Costa do Marfim, comunidades «apátridas» entregavam os escravos como numa corrida de estafetas até chegar ao mar. Aparentemente, os escravos eram vendidos várias vezes até chegarem ao ponto de embarque.²⁶

Esquece-se com frequência que a maior parte do período colonial europeu durou menos de um século (desde a década de 1880 até à de 1960), enquanto a escravidão africana remonta a mais de 5000 anos. O colonialismo britânico, alemão, francês, holandês, espanhol, português e belga transformou as sociedades africanas em todo o continente nos finais do século XIX e inícios do XX. A sua intervenção foi com frequência brutal e sangrenta, mas apenas num período limitado.

A oposição e aversão europeias à escravidão desenvolveu-se gradualmente, a par de campanhas contra essa prática, mas os movimentos acabaram por se revelar imparáveis. No século XIX, as campanhas abolicionistas tinham feito grandes avanços. Em 1807, a Grã-Bretanha aboliu o comércio de escravos, mas não a posse de escravos. Mais tarde, em 1833, aprovou a Lei da Abolição da Escravidão, pondo termo à própria escravidão na maioria das colónias britânicas e libertando mais de 800 000 africanos escravizados nas Caraíbas e na África do Sul, bem como um pequeno número no Canadá. Em vez de encorajar o comércio, Londres enviou forças de intervenção naval para o largo das costas da África Ocidental e Oriental a fim de tentar – nem sempre com êxito – travar a escravidão. Estas medidas contrastavam fortemente com o papel de outros negociantes de escravos, incluindo os árabes, os etíopes ou os governantes do Norte de África, cujas rotas através do Sara continuaram a fornecer-lhes os escravos que desejavam. Onde estavam as campanhas locais para pôr termo a essa prática?²⁷ A resposta é que efetivamente elas existiram. Houve pressão por parte de dirigentes africanos no alto rio Senegal, bem como casos apresentados ao Vaticano por africanos.²⁸ No entanto, foram os abolicionistas britânicos quem efetivamente liderou a campanha internacional para pôr fim à prática.

ESCRAVATURA INDÍGENA

Tal como a escravização em todo o mundo, a escravatura africana começou de um modo geral com a captura pelos mais poderosos de homens e mulheres das sociedades mais fracas que viviam à sua volta. Frequentemente, era o resultado de conquistas e, com o passar do tempo, tornou-se endémica. As provas mais antigas encontram-se junto ao Nilo. Os egípcios navegavam para sul, capturando escravos ao mesmo tempo que conquistavam novos territórios. Estes situam-se ao longo do rio. «A primeira prova foi gravada em pedra em 2900 a.C. na segunda catarata, representando um barco no Nilo carregado de cativos núbios para serem escravizados no Egito», escreveu Robert Collins.²⁹ Um chefe núbio é mostrado acorrentado à proa de um navio egípcio, sendo transportado com os seus seguidores para a escravatura.

O comércio perdurou ao longo dos séculos, com os egípcios a realizarem incursões em busca de ouro, escravos e marfim do Sudão e da Etiópia, transportando-os depois Nilo acima como mercadoria. «Nos cinco mil anos que se seguiram, os escravos africanos capturados em guerras, incursões ou comprados em mercados eram levados ao longo do Nilo, através do Sara e até ao Mediterrâneo, ou transportados pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico até à Ásia.»³⁰ Os escravos faziam parte de um comércio complexo e geograficamente extenso muito antes de os europeus terem penetrado no continente. A académica ganesa Akosua Adoma Perbi descreve como esta instituição era antiga na sua região: «Aproximadamente desde o século x d.C., o ouro do Gana era trocado por escravos, peles, penas de avestruz e outros artigos do Sudão Ocidental, bem como por caurins, perfumes, contas e cavalos do Norte de África.»³¹

Homens e mulheres eram retidos e explorados por todo o continente antes do início da escravização pelos europeus no século xv. Árabes e berberes faziam incursões através do Sara a partir do Norte de África, capturando pessoas à medida que penetravam mais e mais no vasto deserto. As marcas mais antigas deixadas pelos berberes quando passaram pelo Sara remontam a mais de 2500 anos.³² Desde a Etiópia, a leste, até à Mauritânia, a ocidente, homens, mulheres e crianças foram feitos cativos.

Os governantes da Abissínia iam escravizando os grupos étnicos que conquistavam, usando-os nos seus palácios e quintas e negociando-os com a Arábia. Na época da Guerra Civil Americana, na década de 1860, o Califado de Sokoto, no norte da Nigéria e no Níger, tinha uma população de escravos aproximadamente igual ao número de pessoas escravizadas nos Estados Unidos.³³ No outro extremo do continente, os holandeses importavam indonésios e indianos para trabalhar nas suas fazendas do Cabo, enquanto os *tsuanas* capturavam escravos entre os *khoisan*.³⁴

A «TIRANIA DO ATLÂNTICO»

A literatura sobre a escravidão em África continua a ser esmagadoramente dominada por material sobre o tráfico de escravos na Costa Ocidental e no Atlântico. Ainda hoje ouvimos africanistas que deviam estar mais preparados a referir-se a este facto como «o» tráfico de escravos africanos.³⁵

Difícilmente surpreende ver que a escravidão africana é com frequência reduzida ao tráfico transatlântico. As imagens dos navios carregados até às amuradas de cativos da África Ocidental, apinhados de tal maneira entre os conveses que mal tinham espaço para respirar, estão indelevelmente gravadas nas consciências europeias, e com boas razões. Histórias de pessoas atiradas borda fora se morressem, ou mesmo se se queixassem de falta de segurança, alimentaram o movimento antiesclavagista ao longo dos anos. Ninguém pode ignorar o trauma que a escravização originava – os africanos eram privados dos seus nomes, língua e herança quando eram levados para o cativeiro. Tal como Ngũgĩ wa Thiong’o escreveu de forma memorável: «Os escravos, antes de abandonarem as costas de África, eram marcados a ferro quente com a identificação dos seus proprietários. Era, literalmente, um batismo de fogo.»³⁶ Esta dor persistente conduziu a publicações sobre escravidão e investigações sobre a Passagem do Meio que enchem as bibliotecas universitárias. O tema tem sido fulcral nas preocupações da comunidade afro-americana.

Este foco único tem sido descrito como a «tirania do Atlântico»³⁷ e impedido uma perspectiva mais cuidadosa e mais inclusiva que tente estudar a escravatura africana em todas as suas facetas. «No âmago desta tradição historiográfica existe uma propensão para conceptualizar o Atlântico como um “mundo” em si mesmo», comentou Richard Allen.³⁸

Os estudos sobre a diáspora africana, por exemplo, ignoram muitas vezes o facto de milhões de homens, mulheres e crianças escravizados terem sido transportados tanto através do Oceano Índico como do Atlântico, e que este tráfico de escravos africanos para o Médio Oriente e a Ásia do Sul é de longe muito mais antigo do que o tráfico para as Américas.³⁹

Praticado por negociantes árabes e indianos durante séculos, o comércio através do Oceano Índico foi mais tarde retomado pelos europeus, que transportavam escravos para as suas colónias. Os portugueses dedicaram-se a esta prática penetrando profundamente naquilo que é hoje a Tanzânia, Moçambique e o Congo. O Mediterrâneo também foi cenário de escravização desde os tempos mais remotos, quando gregos, romanos, árabes e, mais tarde, os otomanos ocuparam grandes zonas de África. Todos eles praticaram a escravatura sobre as populações locais.

Finalmente, houve a escravização de europeus pelos corsários da Berbéria – postos avançados do Império Otomano no Norte de África – que faziam incursões na Itália, França e Espanha. Este aspeto da história africana é geralmente relegado para uma esfera totalmente diferente de atividade intelectual e não é considerado no capítulo da escravatura africana. No entanto, eles fazem obviamente parte da narrativa, uma vez que eram escravos no continente africano. Os corsários viajaram até às Ilhas Britânicas e mesmo até à Islândia, acumulando mais de um milhão de homens e mulheres durante mais de dois séculos. Alguns foram libertados a troco de resgates e outros foram salvos, mas a maioria, não. Uma vez capturados, viviam e morriam no Norte de África. Os corsários chegaram mesmo a combater os recém-independentes Estados Unidos. Estes confrontos levaram a que fosse enviada para a Tunísia uma força expedicionária e,

consequentemente, à criação da marinha norte-americana. «Em 1794, em resposta ao apresamento de navios norte-americanos por argelinos, o Congresso autorizou a construção dos primeiros seis navios da Marinha dos EUA», escreveu o historiador oficial do Departamento de Estado.⁴⁰ Daí o hino de combate dos fuzileiros americanos:

Dos palácios de Montezuma
Até às costas de Trípoli;
Travamos as batalhas do nosso país
No ar, em terra e no mar.

O comércio de escravos africanos moldou as relações desde a Ásia às Américas.

ESCRAVATURA ABOLIDA?

Pôr termo à escravidão foi algo de demorado e imensamente penoso para aqueles que viviam acorrentados. Em 1807, o Parlamento britânico aprovou a Lei da Abolição do Comércio de Escravos, pondo fim à compra e venda de pessoas escravizadas dentro das fronteiras do Império Britânico, mas que não protegia os que já tinham sido escravizados e comercializados entre colônias. A escravidão propriamente dita foi por fim ilegalizada pela Lei da Abolição da Escravidão de 1833, que proibia esta prática no Império Britânico a partir do ano seguinte. Parecia que Londres tinha remetido para o passado maiores excessos. Porém, quando os britânicos finalmente conquistaram o Califado de Sokoto, em 1903, verificaram que tinham nas suas mãos cerca de dois milhões de escravos. No caso de outras nações, esta prática foi ainda mais duradoura. Na Arábia Saudita, a escravidão apenas foi formalmente abolida em 1962 e, no Omã, em 1970.⁴¹ Em algumas regiões de África mantém-se até ao presente. Basta ler os relatórios da Human Rights Watch sobre as atrocidades cometidas no Sudão durante a longa guerra que conduziu à independência do Sudão do Sul, em 2011.